



Revista Historiar

ISSN: 2176-3267

Vol. 13 | Nº. 24 | Jan./Jun. de 2021

**Danielle Lima Almeida**

*Universidade Federal do Oeste da Bahia / UFOB.*

limadanela76@gmail.com

**José Francisco dos Santos**

*Universidade Federal do Oeste da Bahia / UFOB.*

jose.francisco.puc@gmail.com

# ANÁLISE DOS LIVROS DIDÁTICOS E O LUGAR DA MULHER NEGRA: passado e presente.

---

## RESUMO

A busca por espaços, direitos, respeito e oportunidades é uma pauta constante dentro dos movimentos das mulheres negras. Essa é uma reivindicação que vai além da luta por sua história, mas é uma batalha pelo reconhecimento de suas ancestrais. Desse modo, este artigo aponta as conquistas advindas dessas lutas e delinea as sugestões de falhas presentes em livros didáticos do 1º e 2º anos analisados.

**Palavras-chave:** Livros didáticos. Mulher preta. Representação.

## ANALYSIS OF TEXTBOOKS AND THE PLACE OF THE BLACK WOMAN: past and present.

---

## ABSTRACT

The search for spaces, rights, respect and opportunities is a constant agenda within the black women's movements. This is a claim that goes beyond the fight for your history, but it is a battle for the recognition of your ancestors. Thus, this article points out the achievements arising from these struggles and outlines the suggestions of failures present in textbooks of the 1st and 2nd years analyzed.

**Keywords:** Textbooks. Black woman. Representation.

## Introdução

A análise de livros didáticos dos 1º e 2º anos do Ensino Médio presente neste trabalho foi realizada exclusivamente com base na coleção “História: passado e presente dos primeiros humanos ao renascimento”, da autora Azevedo em parceria com o estudioso Seriacopi (2016). Trata-se de um breve e concreto estudo que busca observar a presença, ou não, da estereotipização dos negros e negras. Quando os autores discorrem sobre o tema central, que é o trabalho no presente e no passado, estabelecendo relações, surge a perspectiva de que haverá uma discussão mais abrangente etnicamente e pouco eurocêntrica.

Entretanto, nas sequências das páginas iniciais do livro do 1º ano, nas quais deveria ser realizada a retratação do passado negro, há apenas figuras de escravizados, despertando, mesmo que de maneira discreta, o imaginário de que o passado negro se apresenta ou se resume apenas ao escravo, aquele que precisou de uma tutela branca heroica para sair de sua condição de escravizado.

As imagens podem ser visualizadas a seguir. A Figura 1 é caracterizada pelo livro didático como “Festa em comemoração à abolição da escravatura em frente à Câmara, em Penedo, Alagoas, 1888. Uma foto como esta constitui uma evidência material da celebração no interior de Alagoas à época” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016a, p. 18).

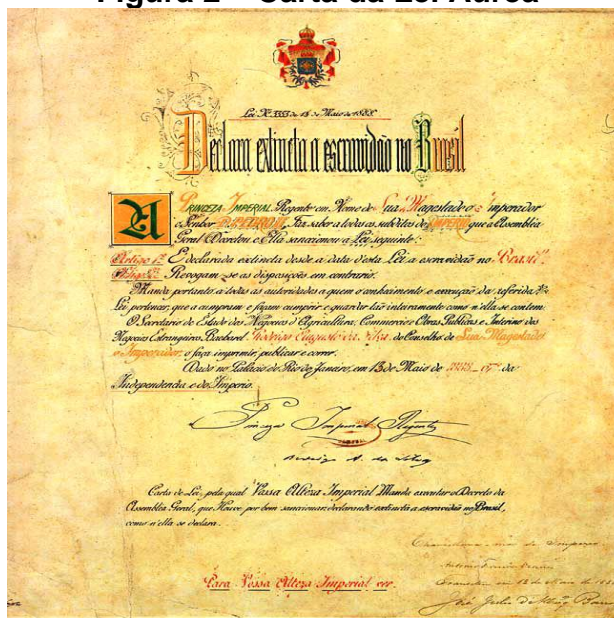
**Figura 1 – Comemoração da Lei Áurea**



Fonte: Azevedo e Seriacopi (2016a, p. 18).

Já a Figura 2 expõe a carta da Lei Áurea. Sem a realização de uma contextualização, ela é facilmente entendida como uma ação de solidariedade da princesa Isabel com os negros, e não resultado das lutas abolicionistas.

**Figura 2 – Carta da Lei Áurea**



Fonte: AZEVEDO; SERIACOPI, 2016a, p. 12.

Também é exposta a litografia de Angelo Agostini, mas a legenda pouco diz sobre o que ela representa. Os autores também pouco discorrem sobre o artista que a criou, suas ideologias políticas e como elas podem ser visualizadas na imagem.

Ângelo Agostini divulgou a propaganda abolicionista cearense, apontou falhas nas propostas de lei, ironizou políticas que buscavam benefícios aos senhores de escravos e zombou do Ministro Saraiva, considerado pelo artista como defensor da tentativa de protelação da abolição escravidão (PEREIRA, 2010, p. 6).

**Figura 3 – Livre!!!, litografia de Angelo Agostini que foi publicada originalmente na Revista Ilustrada do Rio de Janeiro em 1884.**



Fonte: AZEVEDO; SERIACOPI, 2016a, p. 13.

O livro do 2º ano também apresenta as ideias expostas, ao demonstrar Nadina Bulcioff libertando sete escravos sem maior contextualização, o que é visível na Figura 4. A escolha do artista pode promover uma discussão pautada em diversas

vertentes, mas exige conhecimento de quem media as aulas. Sem uma colocação do livro ou qualquer mediação do educador, a imagem pode ser interpretada como a representação do tráfico negreiro, do uso de qualquer serviço exploratório ou até mesmo de uma heroína branca de cabelos longos que arranca as correntes que prendem negros que estão aparentemente com medo e gratos.

#### Figura 4 – Liberdade?



Fonte: AZEVEDO; SERIACOPI, 2016b, p.255.

Detalhe de litografia de Angelo Agostini publicada na "Revista Illustrada" de 20 de agosto de 1886: "A distinta abolicionista Nadina Bulicioff libertando sete escravas na noite de seu benefício. O público, entusiasmado por tão generoso acto, faz-lhe uma estrondosa ovação" (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016b p. 255).

Assim como o livro didático traz a obra de Agostini como exemplo de um artista e abolicionista, também poderia apresentar a escritora Maria Firmina dos Reis, a primeira romancista negra e abolicionista brasileira que tinha a escrita como a sua arma. Essa representação de tutela e subserviência por parte dos negros, os quais são sempre gratos aos seus heróis brancos e não se rebelam ou resistem contra a sua condição de escravizado, em conjunto com a ausência de reis, deuses, artistas, guerreiros e políticos, por exemplo, é uma abordagem perigosa, pois retira o protagonismo dos negros. Na mesma página em que se encontram as imagens apresentadas é relatado, em um breve parágrafo com quatro linhas, que houve resistência, mas de forma sintética, o que se converge com as ilustrações, as quais, sem uma exploração e uma explicação, podem reforçar estereótipos:

É preciso lembrar da resistência dos escravizados. Por mais de 300 anos, eles buscaram formas de chamar a atenção para a sua situação e protestavam de diferentes maneiras: diminuindo o ritmo ou paralisando o trabalho, destruindo as máquinas dos engenhos, organizando fugas, rebeliões e formando comunidades de fugitivos (os mocambos ou quilombos) (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016a, p. 13).



Na sequência, há uma discussão sobre as influências iluministas no cenário internacional a partir do surgimento da Lei Eusébio de Queiroz, da Lei do Ventre Livre e da Lei dos Sexagenários. No entanto, assim como esses aspectos são significativos para o desdobramento da assinatura da Lei Áurea, outras ações de protesto a partir do próprio corpo são extremamente significativas, a exemplo das praticadas pelas mulheres, incluindo o ato de aborto. Além disso, podemos elencar os protagonismos com revoltas e rebeliões, como o que foi feito por Dandara do Quilombo dos Palmares, local de referência de lutas e de resistência negra, mas que carrega como a figura mais exaltada e destacada Zumbi dos Palmares.

Também é possível pensar na figura de Francisca da Silva de Oliveira, conhecida como Chica da Silva, que viveu no arraial do Tijuca, atual Diamantina, em meados do século XVIII. Esse tema é muito relevante a ser levantado não só pela forma de resistência contra o sistema e a forma de proteção das mulheres negras entre si mesmas e de seus filhos/filhas, visto que elas não desejavam que eles tivessem o mesmo futuro, mas também pelos conhecimentos relacionados ao uso de ervas e outros produtos naturais.

Essas informações sobre a mulher negra, incluindo a resistência e o domínio do corpo e da maternidade, poderiam auxiliar nas reflexões acerca dos discursos atuais sobre as práticas abortivas como direito ou crime. Por um lado, historicamente, esse ato é apontado como ação desumana, mas, por outro, é visto como algo que está à parte da sociedade e se trata de uma escolha que precisa ser feita apenas pelo corpo que gera a criança. Além disso, pode ser uma possibilidade de chamar a atenção em relação ao controle de natalidade e à violência obstétrica sofrido pelas mulheres negras ainda hoje.

Após a Lei do Ventre Livre, a maioria das crianças que não eram abortadas ou obrigadas a trabalhar até os 21 anos de idade eram jogadas de acordo com a própria sorte nas ruas. Essa estrutura dá início ao que se conhece como “crianças em situação de rua” e, apesar da conjuntura atual, abrange as estatísticas que, relativamente, só aumentam com o decorrer dos anos.

A condição das mulheres negras envolve a força em vários setores, uma vez que elas eram obrigadas a renunciar a maternidade e a formação de famílias para articular formas de exercer o domínio sobre o seu corpo, o qual, quando na condição de mucamba, servia como objeto para o desfrute do seu senhor e parentes. Quando negado, havia a possibilidade de serem exercidos castigos severos.

As vozes das mulheres negras, da maneira como são retratadas em diversas obras e no filme “12 Years a Slave”, de 2013, em que há uma personagem representada por Lupita Nyong'o, eram sufocadas. Mediar esse tipo de reflexão só tem a contribuir aos jovens negros e, principalmente, às garotas, que, desde a fase da infância, já ouvem discursos como: “será uma bonita mulata, vai dar trabalho”. Antes mesmo que elas entendam o contexto do que seria a “bela mulata”, já são estereotipadas. Para refletir sobre esse lugar em que vozes são subjugadas e narrativas são construídas sobre elas, Conceição Evaristo, que é autora do poema “Vozes-Mulheres” da coleção “Poemas da recordação e outros movimentos”, busca representar esse lugar e esse som ocultados historicamente.

As mulheres negras estão na base da pirâmide social. São elas que cuidam de seus filhos, por muitas vezes, sendo mães solo em decorrência do abandono dos seus parceiros. São elas que cuidam dos filhos dos patrões, de suas casas e muito mais. Não desvalorizamos as profissões das domésticas ou das babás, mas é necessária a desnaturalização da preta serviçal, da mulher que não recebe o título de senhora, mas de “a menina que limpa lá em casa”.

Parafraseando Bell Hooks (2015), é necessário ensinar transgredir as salas, os estereótipos e o machismo. O machismo e o racismo são temas tão emergentes que cabe relacionar uma abordagem com absolutamente todos os conteúdos, mesmo que isso aconteça de modo breve:

[...] mais que qualquer grupo de mulheres nesta sociedade, as negras têm sido consideradas, “só corpo, sem mente”. A utilização de corpos femininos negros na escravidão como incubadoras para a geração de outros escravos era a exemplificação prática da ideia de que as mulheres desregradadas “deviam ser controladas. Para justificar a exploração masculina branca e o estupro das negras durante a escravidão, a cultura branca teve que produzir uma iconografia de corpos de negras que insistia em representá-las como altamente dotadas de sexo, a perfeita encarnação de um erotismo primitivo e desenfreado” (HOOKS, 1995, p. 469 apud CUNHA; PAIVA, 2017, p. 6).

Animalizadas, sexualizadas e colocadas em posições de submissão, esses são aspectos vivos e frequentes na história das mulheres negras. Basta observar onde e como elas eram classificadas quando escravizadas: ou eram trabalhadoras do campo ou mucambas. As mulatas que tinham a função de cuidar da casa senhorial eram constantemente abusadas de acordo com os desejos de seus senhores, filhos e parentes. O empoderamento das meninas negras em sala de aula começa a partir do

momento em que elas se reconhecem como tal, ou seja, como negra protagonista de sua própria história.

Uma população, um profissional da educação e um governo que não se indignam com a não existência de um aprofundamento voltado ao racismo permanecem fadados aos retrocessos mental e social. O projeto eugênico, que faz uma releitura equivocada do pensamento de Charles Darwin, busca alegar que a pessoa branca se sobressairia à pessoa negra e, ao longo dos anos, a extinguiria.

O plano eugênico falhou, mas o que é associado ao negro prosseguiu com diversos obstáculos discriminatórios e racistas que desvalorizavam tudo o que era ligado ao povo negro, incluindo cultura, religião, fenótipo, cabelos, roupas e danças. O cenário atual não apresenta expressivas diferenças: o conceito de raça a ser superado foi alterado, mas os significados permanecem seculares.

Em 2015, sob o mandato da ex-presidenta Dilma Rousseff, foi sancionado, com vetos, um projeto de lei que proporciona direitos empregatícios às funcionárias domésticas. A LCP nº 150/2015 não foi bem-vista ou acolhida pela elite e pela classe média brasileiras por inocência ou ignorância, mas devido a uma mentalidade escravocrata. São classes acostumadas a propagar preconceitos e racismo, tendo em vista que um grupo tido como “inferior” não é visto como digno de direitos e respeito, assim como outros de cargos mais valorizados na sociedade, a exemplo de médicas, advogadas, engenheiras e juízas.

Assim, a repressão se perpetua ainda hoje, mas de modo velado, diante do discurso hipócrita de que vivemos em uma “democracia racial”. O conceito surge ganhando força na obra de Gilberto Freyre *“Casa grande senzala”* (2003), onde o autor apontava que no Brasil brancos e negros viviam em uma condição de igualdade racial, com direitos e oportunidades iguais.

Entretanto, também pode não ser tão velado assim. Um exemplo recente é a chacina ocorrida na favela do Jacarezinho, em que foram mortas mais de 27 pessoas, na sua maioria, negras. Isso também é evidente nos casos recorrentes das manifestações racistas em redes sociais e em flagrantes gravados.

Não basta a desigualdade social e as lutas constantes para sobrevivência e desenvolvimento, ainda é preciso ensinar que, se todos têm direitos e deveres iguais constitucionalmente, isso deve sair do papel. É visível que isso não está ocorrendo quando surgem revoltas e protestos públicos para combater algo que todo cidadão que trabalha fixamente já tem garantido há tempos. Também é evidente quando são

analisados os cargos ocupados por brancos e por negros, os índices de mortes diárias de jovens negros, o número de estudantes negros cursando e concluindo o ensino superior, a quantidade de mulheres negras que ingressam e concluem os cursos desejados e, sobretudo, privilegiados. Enquanto os grupos e mulheres negras ocupam cargos de baixa remuneração. González, que é das autoras que compõe a coleção “Pensamentos feministas hoje”, a qual foi publicada em 2019, também explica que a maior parte das trabalhadoras domésticas são negras, mas nem todas se reconhecem assim. Nomeiam-se como escurinhas, marrons, marrons-claros, dentre outras.

Essa visão racista pode ser desconstruída por intermédio da escola, que é a instituição-agente que ensina e media a socialização e a democratização dos membros sociais que constituem a população. Portanto, é necessário estabelecer uma quebra nessa ideia de pretos e pretas servidores a partir da implementação de sua história, da luta dos seus povos e de suas conquistas, principalmente daquelas que foram feitas pelas negras, para que ocorra um fortalecimento.

Berth (2018, p. 16) define o empoderamento como resistência. Ele pode ser individual ou coletivo e questiona a base das relações de poder. “É um processo dirigido para a transformação da natureza e forças sistemáticas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos”.

As recordações do passado são sempre as que permanecem vivas, conferindo algum sentido à experiência individual e social do grupo. É a partir desse ato de lembrar e de esquecer acontecimentos ou personagens da história de grupos sociais ou de um lugar que o indivíduo e os grupos sociais constroem paulatinamente a memória individual e coletiva. Assim, a importância da memória, por exemplo, para a luta contra o racismo, passa, inevitavelmente, pela memória da escravidão, responsável pela marginalização dos negros por séculos em nossa sociedade (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016a, p. 19).

A memória coletiva é a responsável por dar continuidade às tradições, aos legados e às histórias de um povo. A valorização de costumes é o princípio básico para o exercício do desenvolvimento da identidade, pois ela se constrói a partir do reconhecimento e do pertencimento às práticas grupais e individuais de uma etnia.

Pensando nessa construção em turmas de 1º e 2º ano do Ensino Médio, um período cuja faixa etária é de 15 a 16 anos de idade, encontram-se os jovens de identidade pré-formadas. Eles estão se tornando mais maduros e já carregam experiências e vivências fora da sala e dos anos anteriores de educação escolar. É também nesses anos que consequências do bullying, dos racismos e dos estereótipos, em conjunto com os hormônios, mais afetam psicologicamente esses sujeitos. Aos



garotos que optam por desistir da escola para buscar empregos e proporcionar uma condição melhor de vida são atribuídos os estereótipos de que são pouco inteligentes e capazes. Também há as garotas que são as pouco preteridas e aquelas apontadas como belas dentro do grupo escolar e da classe. Esses papéis são reforçados com livros que trazem o clássico clichê da supremacia branca:

A presença dos estereótipos nos materiais pedagógicos e especificamente nos livros didáticos, pode promover a exclusão, a cristalização do outro em funções e papéis estigmatizados pela sociedade, a auto rejeição e a baixa autoestima, que dificultam a organização política do grupo estigmatizado. O professor pode vir a ser um mediador inconsciente dos estereótipos se for formado com uma visão acrítica das instituições e por uma ciência tecnicista e positivista, que não contempla outras formas de ação e reflexão (SILVA, 2005, p. 24).

Quando as mídias, a sociedade, o ensino e outros meios de comunicação apontam para uma imagem miserável e negativa dos traços da população negra, incluindo a falta de intelectualidade, a tendência à promiscuidade e à marginalidade, os estereótipos se concretizam em uma negação da identidade e na tentativa de distanciamento do que parece ser igual, o que gera uma busca pela aproximação do sujeito detentor de todas as qualidades positivas. “A exclusão simbólica, a não representação ou distorções da imagem da mulher negra nos meios de comunicação são formas de violência tão dolorosas, cruéis e prejudiciais que poderiam ser tratadas no âmbito dos direitos humanos” (QUINTÃO, 1999 apud CARNEIRO, 2003, p. 125).

Se partimos do entendimento de que os meios de comunicação não apenas repassam as representações sociais sedimentadas no imaginário social, mas também se instituem como agentes que operam, constroem e reconstruem no interior da sua lógica de produção os sistemas de representação, concluiremos que eles ocupam posição central na cristalização de imagens e sentidos sobre a mulher negra (CARNEIRO, 2003, p. 125).

A escola é influente no processo de homogeneização da imagem ideal e do racismo, pois é nela que ocorrem os principais ataques e chacotas racistas. Muitas crianças e adolescentes desistem por não se acharem capazes, adquirem autoestima baixa devido à união dos ataques e ao não pertencimento ao local, o qual apresenta uma educação branca e com traços eurocêntricos, uma história que não pertence ao “Eu negro”. Não é me dito que a minha ancestralidade lutou e foi importante para a construção de nosso país. Não é explicado que houve mulheres pretas guerreiras e de grande destaque popular devido aos seus feitos e atos.

Não se trata apenas de ser citado em livros, trata-se de representação. Durante a análise do livro do 1º ano, no capítulo 10, sobre reinos africanos, como ponto positivo,

é exposta a ativista, feminista e escritora nigeriana contemporânea, Chimamanda Adichie, uma mulher negra muito presente na quebra de paradigmas e estereótipos. Em seus trabalhos, tenta divulgar a história e a realidade de seu continente sob a perspectiva de quem o compõe, já que não é apenas a negritude que é vítima do sistema racial, mas todo o continente africano.

Figura 5 – Chimamanda Adichie.



Fonte: AZEVEDO; SERIACOPI, 2016a, p. 189.

Um dos trabalhos mais famosos de Chimamanda Adichie é a entrevista que concedeu à TEDxEuston em 2012. Nela, a estudiosa relata as experiências voltadas ao modo como é ignorada quando sai com os amigos, a forma como dirigem a palavra ao homem acompanhante, deixando-a de lado nas recepções, além de questionar o modo como as mulheres são criadas para serem “queridas” e toda a negatividade que descarregam sobre o ser feminista, pois acreditam que o movimento tira a sensibilidade da mulher:

Perdemos muito tempo ensinando as meninas a se preocupar com o que os meninos pensam delas. Mas o oposto não acontece. Não ensinamos os meninos a se preocupar em ser “benquistos”. Se, por um lado, perdemos muito tempo dizendo às meninas que elas não podem sentir raiva ou ser agressivas ou duras, por outro, elogiamos ou perdoamos os meninos pelas mesmas razões. Em todos os lugares do mundo, existem milhares de artigos e livros ensinando o que as mulheres devem fazer, como devem ou não devem ser para atrair e agradar os homens. Livros sobre como os homens devem agradar as mulheres são poucos (ADICHIE, 2012, p. 33).

A fala transcrita é um trecho da entrevista de Chimamanda e pode ser encontrada on-line e traduzida no YouTube. A partir da referência presente no livro e do material disponível on-line, é possível estabelecer diversas pontes com o conteúdo em

questão, ou seja, os reinos africanos, ao trabalhar o protagonismo das mulheres negras, a exemplo das rainhas e das funções que elas desempenhavam.

Nessa mesma linha de raciocínio, podemos citar uma rainha que é muito famosa pela sua bravura: a rainha de Ndongo e Matamba, Nzinga Mbandi, também conhecida e retratada em filmes como “a rainha guerreira”. Nzinga, de acordo com o autor José Eduardo Agualusa em seu livro *A rainha ginga e de como os africanos inventaram o mundo* (2015), assim como no filme *Nzinga a rainha de Angola* (2014), não se curvava frente às opressões. Era bem articulada, persuasiva e ágil. Discutia e argumentava diretamente com capitães e reis em condição de igualdade, assinando tratados e tramando táticas de combate, proteção e espionagem, ao analisar projetos e os seus efeitos no reino. Trata-se de uma rainha negra atuante que soube conter o avanço português, o qual ganhou força após a sua morte, em 1663, visto que Portugal progrediu com as conquistas territoriais sobre o interior do continente.

As qualidades de Nzinga garantem até hoje as lembranças de uma grande e sábia rainha negra. Suas habilidades e inteligência são subjugadas e quase, em momento algum, citadas, assim como ocorre com as histórias e as lutas de Dandara do Quilombo dos Palmares, que foi parte presente e ativa no maior e mais famoso quilombo do Brasil. Todavia, seu nome, repetidas vezes, sequer é lembrado e, quando é, poucas linhas a definem como a companheira de Zumbi dos Palmares.

Mesmo diante da pouca exploração da imagem e da falta de prosseguimento de abordagem e de relações do conteúdo com as falas e as pesquisas de Chimamanda, é possível desenvolver um debate apenas com a sua imagem, a partir do uso de recursos além do livro. Apesar de ser inserida na página inicial do capítulo 10 do livro didático voltado ao 1º ano, pouco se destrincha sobre quem é Chimamanda. Sua importância e debates são ignorados, assim como seus diversos trabalhos tampouco são citados ao longo da discussão.

Nos livros didáticos analisados, aparecem figuras femininas negras apenas nas páginas finais do capítulo sobre reinos africanos. Trata-se de jovens com bandeiras representando parte da diversidade das Áfricas. Por fim, são apresentados os povos lorubás e a sua contribuição para a cultura brasileira, principalmente em relação ao Candomblé, religião que não é debatida no livro didático, nem explicado que a mulher é o seu elemento central de poder, já que ocupa um cargo que, comumente, é de sacerdotes e do gênero masculino.

### Figura 6 – Negritude e o candomblé



Desfile de grupos de Maracatu Rural, durante o Carnaval de 2015 em Olinda, Pernambuco.

**Fonte:** AZEVEDO; SERIACOPI, 2016a, p. 198.

Bernardo (2005, p. 1), ao debater mais profundamente o tema “negras como líderes religiosas”, em seu artigo, cita “o feminino no poder. Esse fato provoca estranhamento em nossos dias. Imaginem nos séculos XVIII e XIX, quando mulheres negras surgem na Bahia como sacerdotisas centrais dos templos de uma expressão religioso denominada Candomblé”. Poucas vezes, são encontradas mulheres, sobretudo negras, em elementos centrais de comando e de domínio, ainda mais quando é considerado o setor religioso: apesar de as mulheres serem as mais ativas nas comunidades, as ordens e as definições finais são de responsabilidade das figuras masculinas. A carência de informações, por parte do livro didático, ao apresentar os povos lorubás e o surgimento do Candomblé, é nítida e questionável, pois seria um apêndice para a realização de debates que suscitasse o empoderamento e a subversão de funções.

Ainda com base no pensamento das negras que ocupam postos de poder político, o capítulo 12, intitulado “Feudalismo e formação dos Estados Nacionais”, expõe, como imagem da capa inicial, Ellen Johnson Sirleaf, que, em 2015, era presidenta da Libéria.

**Figura 7 – Ellen Johnson Sirleaf**

por exemplo, muitas das responsabilidades hoje atribuídas ao Estado, como a cobrança de impostos, a defesa territorial e a aplicação da justiça, estavam sob a responsabilidade dos senhores feudais, que concentravam um enorme poder dentro dos limites de suas terras.

Essa situação começou a mudar a partir do século XI, quando teve início um lento processo de centralização do poder nas mãos dos reis. A formação das primeiras monarquias nacionais europeias é o tema deste capítulo.

Ellen Johnson Sirleaf, presidente da Libéria, discursa durante encontro anual em comemoração ao 50º aniversário do Banco de Desenvolvimento Africano, em Abidjã, Costa do Marfim. Foto de 2015.

**OBJETIVOS DO CAPÍTULO**

- Conhecer a sociedade da Europa ocidental no período da Idade Média.
- Identificar as origens e analisar as características do feudalismo.
- Entender as relações de suserania e vassalagem.
- Analisar a organização socioeconômica dos feudos.
- Perceber métodos e estratégias empreendidas pelos reis para a centralização do poder.
- Identificar o papel e as reações dos diferentes grupos sociais – burguesia, nobreza, clero e as camadas baixas (camponeses pobres) – durante esse processo.
- Conhecer os principais acontecimentos e interesses envolvidos na fase de formação das primeiras monarquias nacionais europeias.



**Fonte:** Azevedo e Seriacopi (2016a, p. 223).

Ao apresentar o tema, já é apontado ligeiramente que o título de debate do capítulo é a formação das primeiras monarquias nacionais europeias. O conteúdo e a figura aparentemente não se ligam durante o decorrer das páginas, porém, como cabe ao professor ser o mediador, ele tem a oportunidade de indicar várias reflexões.

Negar a existência do racismo e que existem diferenças de tratamentos e de oportunidades é uma ação extremamente cruel, uma vez que algo que não existe não é falado, questionado ou solucionado. A homogeneização racial é uma ferramenta perigosa que ignora realidades distintas. O professor André Vitóri, em um encontro virtual da NEAB UFAL<sup>1</sup>, assevera que:

Negar a existência de uma raça é uma retórica perversa e que na década de 1970 Carlos Hasenbalg, um dos primeiros a realizar um estudo deste gênero mobilidade social no Brasil, constatou que a raça branca tem maior mobilidade social que as pessoas negras (RAÇA..., 2020, on-line).

A mobilidade social do público feminino negro, que tem duplas ou até mesmo triplas jornadas de trabalho é o retrato da corrida desigual observável na sociedade brasileira. Enquanto mulheres brancas lutavam pelo direito ao trabalho, as negras, desde antes da concepção de Brasil, já eram obrigadas a trabalhar. Até hoje, a depender do cargo, as mulheres negras pouco têm seus direitos reconhecidos. Nessa luta por respeito e igualdade, surge uma interrogação: a quais mulheres nos referimos? Ressaltar essa

<sup>1</sup>O projeto “Negras Conexões” objetiva contribuir com a ampliação do debate acerca das relações étnico-raciais, partindo da crítica ao processo pedagógico que se assenta na racionalidade eurocêntrica em diferentes meios e níveis educacionais. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CaRbFDo4UwE>. Acesso em: 23 mar. 2021.

interrogação é pertinente, pois, assim como trabalha Djamila Ribeiro (2017), cada uma apresenta um lugar distinto de fala, mesmo que seja do mesmo gênero.

As lutas entre as diversas mulheres se cruzam em similaridade muitas vezes, mas é de conhecimento geral que, mesmo que sofram igualmente com o machismo e o sexismo, elas estão em cenários e em posições opostas, havendo significativa distinção entre as batalhas das mulheres negras e das brancas. Já que o livro relaciona o negro e a escravidão, explicar esse fato como agregação tornaria mais nítido o abismo existente entre gêneros e raças, além do distanciamento relacionado à historiografia e ao conhecimento ancestral.

Como Friedan, antes delas, as mulheres brancas que dominam o discurso feminista atual raramente questionam se sua perspectiva sobre a realidade da mulher se aplica às experiências de vida das mulheres como coletivo. Também não estão cientes de até que ponto suas perspectivas refletem preconceitos de raça e classe, embora tenha havido uma consciência maior sobre esses preconceitos nos últimos anos. O racismo abunda nos textos de feministas brancas, reforçando a supremacia branca e negando a possibilidade de que as mulheres se conectem politicamente cruzando fronteiras étnicas e raciais. A recusa feminista, no passado, a chamar a atenção para hierarquias raciais e as atacar, suprimiu a conexão entre raça e classe (HOOKS, 2015, p. 195).

Sobre a abordagem de raça e de classe, o marxismo não considera a questão racial como um dos determinantes da luta de classes. Historicamente, a partir do que é apresentado no livro didático, acredita-se na parcialidade da mulher. Todavia, quando são estudadas as participações da negra na formação de religiões e de reinos, por exemplo, é gerada uma grande indagação do motivo pelo qual esses assuntos não são relevantes a serem discutidos. Portanto, por que as mulheres aparecem como mercadorias de trocas ou sujeitos irrelevantes? Ao abordar as lutas e as dificuldades das negras ao longo da história e ao relacionar com o que é atual, o objetivo não é diminuir as opressões de outros grupos, tampouco realçar as rixas entre os grupos empobrecidos de raças distintas. Assim como explana Barber (1975, p. 30 apud HOOKS, 2015, p. 197), trata-se de:

O sofrimento não é necessariamente uma experiência fixa e universal que possa ser medida com uma régua única: está relacionado a situações, necessidades e aspirações. Mas deve haver alguns parâmetros históricos e políticos para o uso do termo, para que possam ser estabelecidas prioridades políticas e se possa dar mais atenção a diferentes formas e graus de sofrimento.

Conhecer e respeitar as diversidades é o ponto de partida para a promoção de uma sociedade que contemple não apenas uma maior igualdade, mas uma equidade, já que as oportunidades estão distribuídas de maneiras desiguais. Trata-se de uma corrida



cujas linhas de partida e obstáculos estão organizadas e posicionadas estrategicamente para a manutenção do sistema de ascensão, tal como é agora: limitado a poucas pessoas distanciadas por raça, classe e gênero.

O livro do 2º ano do Ensino Médio apresenta como tema do primeiro capítulo “diversidades” e propõe tratar o genocídio que os europeus cometeram no continente americano no século XVI. Inicialmente, são expostas as diferenças físicas e culturais, além da importância de reconhecê-las e respeitar, pois elas são enriquecedoras da cultura geral da humanidade. Também é defendido que o ir de encontro ao desrespeito é classificado como etnocentrismo. As primeiras considerações realçam a esperança de que a diversidade realmente será e é tema abordado em sala, pois compreender a diversidade significa mais respeito, empatia e menos violência e segregação.

Assim como foi apresentado na contextualização do capítulo, a abordagem do século XVI e os europeus, os autores sustentam que no período da grande navegação, o real objetivo dos portugueses era descobrir as rotas marítimas para as Índias e, em meio a essa busca, em 1444, a primeira expedição consegue retornar do Sul da África com pessoas escravizadas direcionadas à Portugal para venda.

As fontes bibliográficas sobre as Áfricas produzidas sob o olhar dos africanos, assim como faz Chimamanda Adichie, são pouco conhecidas e valorizadas. Mesmo na América Portuguesa, as produções voltadas ao continente africano são de pequeno acervo. Muitos afirmam que isso se dá devido à grande valorização da palavra em alguns grupos. Portanto, há a palavra sagrada e a história contada pelos mais velhos, que são considerados grandes bibliotecas ou os griôs, fontes de sabedoria e conhecimento. O etnólogo marliense Amadou Hampâté Bâ realiza a seguinte consideração:

Quando falamos de tradição em relação à história africana, referimo-nos à tradição oral, e nenhuma tentativa de penetrar a história e o espírito dos povos africanos terá validade a menos que se apoie nessa herança de conhecimentos de toda espécie, pacientemente transmitidos de boca a ouvido, de mestre a discípulo, ao longo dos séculos. Essa herança ainda não se perdeu e reside na memória da última geração de grandes depositárias, de quem se pode dizer são a memória viva da África. Entre as nações modernas, onde a escrita tem precedência sobre a oralidade, onde o livro constitui o principal veículo da herança cultural, durante muito tempo julgou-se que povos sem escrita eram povos sem cultura. Felizmente, esse conceito infundado começou a desmoronar após as duas últimas guerras, graças ao notável trabalho realizado por alguns dos grandes etnólogos do mundo inteiro. Hoje, a ação inovadora e corajosa da UNESCO levanta ainda um pouco mais o véu que cobre os tesouros do conhecimento transmitidos pela tradição oral, tesouros que pertencem ao patrimônio cultural de toda a humanidade (BÂ, 2010, p. 167).

De acordo com Hampâté Bâ, as “Áfricas”<sup>2</sup> são repletas de diversidades em si própria. Trata-se de um dos maiores continentes do globo, com uma vasta quantidade de cores, povos e crenças. Contudo, toda essa riqueza é sufocada nas apresentações das áreas territoriais por ações e feitorias europeias. Marcel Detienne, professor de História Grega, aponta em seu livro, “Comparar o incomparável”, de 2010, que, apesar de a Grécia ser destacada como o berço da democracia, são algumas comunidades africanas que merecem o título, pois eram muito mais democráticas e com organização mais bem definida daquela que era presente na Grécia. A África contém um nicho de pluralidade tão grande que é um desperdício estudá-la apenas a partir do olhar de colonizador e da parte da história da América.

O capítulo 5, denominado “Africanos na América portuguesa”, logo nas linhas iniciais, apresenta uma informação muito interessante, que é o apontamento de que “o Brasil é o segundo país com maior número de negros no mundo, superado apenas pela Nigéria, na África” (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016b, p. 80). Sendo o Brasil o segundo país com o maior número de negros e devido ao fato de a maior concentração dos negros se dar no estado da Bahia, a Lei nº 10.639/2003 é pouco explorada e há uma grande negação da cor e da identidade negra entre os grupos.

Mesmo com todas as lacunas, o capítulo 5 do livro didático do 2º do Ensino Médio expõe uma representação do negro escravizado e, ao fim, tece importantes reflexões e realiza sugestões de aprofundamento, a exemplo do site “Criola, Museu Afrodigital”, para assistir “Amistad”, de 1997, e “As filhas do vento”, de 2004”. Não só, mas também sugere a leitura de “Cumbe”, de 2016, e de “A rainha Ginga: e de como os africanos inventaram o mundo”, de 2014.

Além disso, é explicado que:

A constituição de 1988 afirma que todos os brasileiros são iguais e têm os mesmos direitos perante a lei, mas as estatísticas revelam muitas diferenças entre as condições de vida dos Afro-brasileiros e as dos brancos. Embora os negros representem mais da metade da população economicamente ativa, eles ocupam, em sua maioria, os cargos de baixo escalão e seus salários são 63,8% inferiores aos dos brancos. Além disso, estudos apontam que, nos mais diversos indicadores sociais, as mulheres negras sofrem mais com a desigualdade. Para reverter esse cenário, representantes de movimentos negros e diversos setores da sociedade civil defendem a adoção de ações afirmativas para assegurar a igualdade de direitos (AZEVEDO; SERIACOPI, 2016b, p. 95).

Na mesma página em que há todas as informações expostas, os autores relembram um evento ocorrido em 2015 no município de Ipojuca-PE. Trata-se de um

---

<sup>2</sup> Chamamos de “Áfricas” no plural justamente para evidenciar as pluralidades sociais, culturais, econômicas e políticas que o continente tem.

trabalho que realçava o combate ao racismo, o orgulho e a beleza de ser uma mulher negra.

Ele era intitulado “Minha raça, minha cor, meu orgulho. Negra, sim!”. Diante do exposto, é importante refletir que, assim como é eminente propor uma reorganização dos livros, é igualmente necessária a precisão do preparo dos profissionais da educação. Inclusive, um dos professores participantes da pesquisa, “A invisibilidade do potencial das mulheres negras na implementação da lei 10.639/2003 (ALMEIDA, 2021)”. Sustenta e cita a os riscos da existência do racismo nas salas de aula. É necessário ressaltar que a falta de representatividade de pessoas negras nos livros didáticos, ocasiona em uma grande lacuna na aprendizagem do estudante negro, uma vez que este não se sente representado positivamente, ou membro construtor de História.

## Referências

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **Sejamos todos feministas**. São Paulo: Schwarcz, 2012.

ALMEIDA, Lima Danielle. **A invisibilidade do potencial das mulheres negras na implementação da lei 10.639/2003**. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura em História. Barreiras- BA. Universidade Federal do Oeste da Bahia – UFOB. 2021.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente dos primeiros humanos ao renascimento**. São Paulo: Ática, 2016a.

AZEVEDO, Gislane; SERIACOPI, Reinaldo. **História: passado e presente do mundo moderno ao século XIX**. São Paulo: Ática, 2016b.

BA, Amadou Hampate. *Tradição Viva*. In: KI-ZERBO, Joseph (org.). **História geral da África I: metodologia e pré-história da África**. 2. ed. Brasília: UNESCO, 2010, p. 167-212.

BERNADO, Teresinha. *O candomblé e o poder feminino*. **Revista de Estudos da Religião**, n. 2, p. 1-21, 2005.

BERTH, Joice. **Empoderamento**. São Paulo: Sueli Carneiro, Polén, 2019.

BERTH, Joice. **O que é empoderamento?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

CARNEIRO, Sueli. *Mulheres em movimento*. **Estudos Avançados**, v. 17, n. 49, 2003.

CUNHA, Patrícia da S. Simões da; PAIVA, Jéssica S. de. **A erotização da mulata na cultura brasileira**. V Seminário internacional enlaçando sexualidades 10 anos. Universidade Federal Fluminense, 2017.

FREYRE, Gilberto. **Casa-grande & senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal / Gilberto Freyre; apresentação de Fernando Henrique Cardoso. — 481 ed. rev. — São Paulo: Global, 2003

GONZALEZ, Lélia. *Racismo e sexismo na cultura brasileira*. In: HOLANDA, Heloisa Buarque de (org.). **Pensamentos Feministas hoje**. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019.

HOOKS, Bell. *Mulheres negras*: moldando a teoria feminista. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 16, p. 193-210, 2015.

PEREIRA, Washington Kuklinski. **O traço e a pena**: a campanha abolicionista de Ângelo Agostini na Revista Ilustrada (1884-1888). 2010. Dissertação (Mestrado em História Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

**RAÇA, Classe e Cidadania**: debate sobre políticas afirmativas. [S. l.: s. n.], 2020. 1 vídeo (133 min 15s). Publicado pelo canal ProgradUFAL. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=CaRbFDo4UwE>. Acesso em: 31 jul. 2021.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte: Letramento, justificando, 2017.

SILVA, Ana Célia. **A desconstrução da descriminalização no livro didático**. In. MUNANGA, Kabengele (Org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC, 2005.

---

**Danielle Lima Almeida**

Graduada em História (Licenciatura) pela Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB (2021).

**Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/2689199761481120>

---

**José Francisco dos Santos**

Doutor em História (PUCSP) e docente do Centro das Humanidades - CEHU e dos Programas de Pós-graduações de mestrados em Ciências Humanas e Sociais – PPGCHS e de Ensino – PPGE da Universidade Federal do Oeste da Bahia - UFOB.

**Currículo Lattes:**

<http://lattes.cnpq.br/2746256151454516>

---

**Artigo recebido em:** 12 de agosto de 2021.

**Artigo aprovado em:** 21 de outubro de 2021.